



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 02 | N°. 04 | Ano 2021

Ivan Sicca Gonçalves

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Cinthia Nolácio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

PROJETOS COLONIAIS, AGENTES LOCAIS E O COMÉRCIO DE LONGA DISTÂNCIA EM ANGOLA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GUERRA PRETA CONTRA O DOMBE GRANDE (1846-1847)

Colonial Projects, Local Agents and the Long Distance Trade in
Angola: considerations on the “guerra preta” expedition against
Dombe Grande (1846-1847)

RESUMO: Por séculos, a integração de territórios sob o domínio de sobas avassalados e autônomos na esfera de influência da zona atlântica de Angola foi um processo contraditório e violento. Com o comércio oceânico dependendo da atuação de agentes portugueses e africanos circulando em territórios que iam além do controle direto da administração colonial portuguesa, as configurações políticas locais frequentemente interferiam nas agendas imperiais de manter o fluxo comercial na região. Esse estudo analisa a missão punitiva convocada pelo governo de Angola em 1846 contra os sobas da região do Dombe Grande, nas cercanias de Benguela, dando especial destaque ao episódio no qual parte das forças dessa expedição atacou a caravana de um súdito português residente no reino do Bié, evidenciando a complexidade de projetos e experiências que caracterizavam o arranjo colonial em Angola de meados do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Angola Colonial; Tratados de Vassalagem; Administração Portuguesa; Sertões de Benguela; Comércio Sertanejo.

ABSTRACT: For centuries, the integration of territories under the control of African chiefs, vassal or non-vassal of the Portuguese Crown, into the sphere of influence of Angola’s Atlantic zone was a contradictory and violent process. With the dependence of the oceanic commerce on Portuguese and African agents that circulated through territories outside the Portuguese colonial administration’s area of control, the local political networks frequently interfered in the imperial agenda of maintaining the commercial flux in the region. This study analyzes the punitive campaign made by Angola’s government against the African chiefs of the Dombe Grande region, near Benguela, focusing on the episode when part of expeditionary troops attacked a commercial caravan of a Portuguese subject who lived in the kingdom of Viyé, demonstrating the complexity of projects and experiences which characterized the colonial situation in mid-nineteenth century’s Angola.

KEY WORDS: Colonial Angola; Vassal Treaties; Portuguese Colonial Administration; Benguela’s Hinterland; “Sertanejo” Commerce.

PROJETOS COLONIAIS, AGENTES LOCAIS E O COMÉRCIO DE LONGA DISTÂNCIA EM ANGOLA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GUERRA PRETA CONTRA O DOMBE GRANDE (1846-1847).

IVAN SICCA GONÇALVES ¹

INTRODUÇÃO

Em novembro de 1846, o soberano do poderoso estado africano do Bié, o soba Lyambula, convocou seus súditos para lidar com uma grande calamidade que atingira seu povo. Três dias antes, Lyambula, que era vassalo da coroa portuguesa, tinha convocado por intermédio do major Francisco José Coimbra, o capitão-mor, que oficialmente comandava os moradores portugueses desse reino localizado no Planalto Central de Angola, todos os brancos que estavam em suas terras para comparecerem nessa mesma reunião. Nesses dias haviam chegado na corte do Bié 15 carregadores sobreviventes da caravana de José Vaz Pereira dos Santos, comerciante filho do país,² comitiva essa que tinha partido do Bié em agosto daquele ano para vender gêneros coloniais no porto de Benguela. Formada originalmente por cerca de 800 pessoas, na viagem de retorno ao interior, tal caravana havia sido atacada na Hanya e estima-se que pelo menos duzentos membros desta nunca conseguiram voltar à sua origem. Com a narração na *libata grande* – residência do soba do Bié – dos sobreviventes sobre os acontecimentos da viagem, reações enérgicas e dramáticas dos presentes exigiam, como vingança, que fossem assassinados todos os brancos³ presentes na terra (PORTO, 1847, p. 1–5).

Por séculos, a presença portuguesa no interior de Angola caracterizou-se por uma fragilidade político-militar nos territórios que formalmente estavam sob sua jurisdição. Assim, as atividades comerciais dos agentes que residiam e transitavam pelo interior do continente, os chamados sertanejos, além dos próprios oficiais e administradores portugueses locais, dependiam de alianças com soberanos africanos, os sobas, para manter a proteção das rotas e dos próprios

¹ Doutorando em História no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre e bacharel em História pela mesma instituição. E-mail: ivansiccag@gmail.com
O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil, ao qual agradeço pela concessão de bolsa de doutorado

² Jill Dias (1998, p. 352–353) afirma que os "filhos do país" eram os herdeiros dos clãs familiares formados a partir da união entre comerciantes e capitães-mores do interior com mulheres locais. Segundo um observador de época, esse termo também tinha a conotação de caracterizar aqueles que "não eram fidalgos e nem possuíam quaisquer títulos" (PORTO, 1942, p. 167).

³ Não se deve levar em conta que haja necessariamente uma correlação entre os sujeitos que eram chamados de "brancos" no interior de Angola com atributos da cor da pele. Com diferentes gradações regionais e conjunturais, era-se recorrente chamar de "branco" em Angola, inclusive em documentos oficiais, sujeitos associados à presença portuguesa (mesmo podendo ter nascido na colônia), à riqueza, ao prestígio ou à atividade comercial em geral, mesmo que em outros contextos sociais estes sujeitos pudessem ser lidos como "pretos" ou "mulatos" (GUEDES, 2011; CURTO, 2014). Um observador de época afirma que no Bié "(...) dão o nome de brancos (...) a todas aquelas pessoas que vestem calças, sem exceção de cor e menos de condição; é bastante para isso possuir alguma fazenda [tecido manufaturado]." (PORTO, 1847, p. 2).

sujeitos que alimentavam os mercados atlânticos. Mesmo que a construção de fortalezas militares e de todo um aparato político, jurídico e militar para controlar as regiões e os povos do interior do continente diferencie as operações imperiais portuguesas em Angola de outras regiões de interferência europeia nas costas africanas até o início do século XX, boa parte dos territórios pelos quais passavam as rotas de longa distância que desaguavam nos portos atlânticos estavam fora da jurisdição portuguesa e tinham pouca ou nenhuma interferência militar da administração europeia (CANDIDO, 2014, p. 224–226; CORRÊA, 2019). Súditos portugueses que residiam em regiões como o Bié, dominada por um soberano poderoso e distante de centros de operação do governo colonial, sabiam que não podiam contar com qualquer proteção militar portuguesa no caso de ameaças como a narrada.

No entanto, o episódio em questão traz contradições dignas de uma análise mais detida. Uma descrição bastante extensa desse episódio feita por um dos moradores portugueses do Bié na época afirma que, após o soba Lyambula começar a chorar diante do relato dos sobreviventes, o que acirrou ainda mais os ânimos da plateia, o soberano exigiu o silêncio e proferiu sua decisão: "(...) eu só desejo [de volta] os meus filhos [súditos,] bem como as minhas fazendas [tecidos manufaturados], a guerra é de brancos, os que existem na terra [os sertanejos] ficarão em reféns, até que o meu povo e fazendas me cheguem à mão" (PORTO, 1847, p. 5). Quando tal chefia afirma que o ataque se tratava de uma “guerra de brancos”, ele expressa o grande paradoxo deste acontecimento: quem atacou a caravana de Pereira dos Santos não foi um grupo de bandoleiros ou um soba inimigo de Portugal, na realidade o ataque foi ordenado pelo comandante das forças militares da fortaleza portuguesa mais próxima do Bié, o presídio de Caconda.

A expedição militar que atacou a caravana era formada por guerreiros súditos de sobas do Planalto Central que haviam assinado tratados de vassalagem com Portugal no século anterior. Uma das contrapartidas de tais tratados ditava que os vassalos eram obrigados a fornecer tropas de combatentes de acordo com a convocação do capitão mor português responsável pelos respectivos distritos, a chamada guerra preta (HEINTZE, 2007, p. 411–414).⁴ Nesse caso, o comandante do presídio de Caconda, Joaquim Ferreira de Andrade, havia convocado a guerra preta entre os vassalos da região para uma missão punitiva contra os sobas do Dombe Grande, nas proximidades de Benguela, missão essa que tinha sido solicitada pelo próprio governador geral de Angola em dezembro de 1845. Assim, além da companhia de linha e voluntários de Caconda, cerca de dois mil guerreiros africanos, súditos de diversos sobas, marcharam contra o Dombe Grande em outubro de 1846 (LOPES, 1861, p. 183).

⁴ Sobre o funcionamento e organização da guerra preta, ver: (CARVALHO, 2020, especialmente p. 144–199)

Os alvos de tal expedição, três dos sobas da região do Dombe Grande, também eram vassallos de Portugal e comandavam um povo litorâneo com um longo histórico de contato com os lusitanos. No entanto, desde finais do século XVIII, por causa de operações de extração mineral em suas terras, as tensões entre povos locais e os estrangeiros aumentaram rapidamente, levando esses chefes africanos a se revoltarem contra os portugueses na região, atacando os colonos e as caravanas que passavam por suas terras (APARÍCIO, 1997, p. 109–111). Tensões dessa natureza marcaram a relação conflituosa entre sobas e colonos portugueses em Angola pelo menos até a conquista militar mais ampla do território no início do século XX. Assim, desde as primeiras operações militares portuguesas na região da atual Angola, a vassalagem foi um mecanismo de poder fundamental para a expansão e organização interna dos territórios lusitanos, permitindo o relativo controle da administração europeia sobre súditos e rotas comerciais que alimentaram o comércio atlântico, ao mesmo tempo em que se esse controle se baseava na manutenção do poder nas mãos de líderes locais e, como consequência, em equilíbrios políticos frágeis e protagonizados por agentes europeus e africanos com projetos diversos e frequentemente opostos aos da administração imperial (HEINTZE, 2007; CANDIDO, 2014; CORRÊA, 2019).

Esse texto explora o episódio específico da expedição punitiva contra o Dombe Grande, que acabou por se concretizar em dezembro de 1846. Para tal, procuraremos compreender as contradições de interesses e projetos políticos entre os diferentes agentes que protagonizavam as atividades políticas e econômicas no interior de Benguela em meados do XIX, sejam eles administradores coloniais, militares, sobas, comerciantes de Benguela ou sertanejos residentes no Planalto. Defendemos aqui que um estudo das causas e efeitos dos acontecimentos ocorridos ao longo desse evento oferece uma oportunidade notável aos historiadores para refletirem sobre as contradições e complexidades que envolviam as malhas políticas características da presença portuguesa oitocentista no sul da então colônia de Angola.

Uma situação colonial?

Para analisar os motivos e as ações que envolveram esse evento, isto é, uma expedição militar contra sobas avassalados das proximidades de Benguela composta por soldados da guerra preta convocada entre os sobas do Planalto Central de Angola, é necessário compreender os elementos que desde o século XVI caracterizaram e se vulgarizaram entre as relações dos administradores coloniais portugueses com os líderes africanos, aliados ou rivais da coroa. Para além das contradições envoltas pela dependência recíproca construída entre esferas políticas europeias e africanas, para entender os arranjos de poder que regiam os territórios e povos das

proximidades das bases portuguesas é necessário também atentar para a multiplicidade de agentes que protagonizavam o cotidiano das atividades comerciais e administrativas nessa região, marcada por uma evidente fragilidade do Estado colonial.

Muitos historiadores inclusive questionam a viabilidade de caracterizar a presença portuguesa na região como uma colônia, pelo menos até as conquistas territoriais da virada do século XIX para o XX. Assim, apontando de forma comparativa com outras regiões de atuação comercial europeia na costa africana durante a Idade Moderna, esses autores destacam que não só boa parte do território da atual Angola se manteve politicamente autônomo frente aos portugueses por séculos, mas também as regiões sob domínio formal da coroa não estiveram de fato submetidas a uma coesão política caracterizável como um domínio colonial, classificando, portanto, o período da presença portuguesa em Angola até o início do século XX como “pré-colonial” (MBUNGA, 2014; THOMPSON, 2015; CORRÊA, 2019).⁵ Mais do que uma simples questão de terminologia ou recorte cronológico, o questionamento da caracterização da presença portuguesa nesse período em Angola (e em outras regiões do continente africano) como uma colônia, que teria surgido no século XVI e permanecido como tal até o final do século XX, procura enfrentar uma tendência da produção historiográfica sobre o Império Português embebida em um imaginário de continuidade e organicidade entre as áreas do império ultramarino, negando a autonomia histórica desses territórios e legitimando politicamente os discursos favoráveis ao domínio português sobre as suas então possessões africanas – seja frente à expansão das operações de outras potências europeias na África a partir de meados do século XIX, seja em reação aos movimentos de libertação nacional que operaram no interior das colônias portuguesas no século seguinte (HENRIQUES, 1997, p. 83–104; ALEXANDRE, 1995; THOMPSON, 2015, p. 33–42).⁶

Como tais estudiosos destacam, a própria documentação reproduz um viés de negação da autonomia desses povos. Assim, não só em espaços com presença militar portuguesa a maioria populacional africana impunha as regras sociais locais, frequentemente contrárias aos valores culturais dos colonizadores, mas também a documentação produzida pelos administradores europeus subentendia um imaginário de controle sobre povos e territórios que não existia cotidianamente (MARGARIDO, 1989, p. 383–385). Inclusive, ao proporem ler essa documentação à contrapelo, tais autores demonstram que os documentos registram muito mais as frustrações com a incapacidade desses administradores de impor o seu domínio sobre os povos

⁵ Em termos territoriais, até o final do século XIX as possessões portuguesas em Angola, apesar de séculos de conflitos armados de conquista, eram consideravelmente reduzidas se comparadas com o território que os lusitanos passaram a dominar a partir das primeiras décadas do século XX. Para um mapeamento das campanhas militares que transformaram radicalmente o mapa colonial de Angola em poucas décadas, ver: (PÉLISSIER, 1986).

⁶ Crislayne Alfagali (2018, p. 45–47, 67–69), que defende a caracterização da presença portuguesa em Angola antes do século XX como uma colônia, faz um bom levantamento desse debate e de suas implicações.

locais do que uma realidade na qual esse poder é de fato exercido (THOMPSON, 2015, p. 42–45; CORRÊA, 2019, p. 34–36).

Como seria de se imaginar, um ponto fundamental para esse embate historiográfico é o real significado dos tratados de vassalagem. Mesmo importando a linguagem medieval europeia, que subentendia uma aliança voluntária e pessoal entre os senhores e vassalos, via de regra a condição de vassalos foi imposta pelos portugueses aos sobas de Angola, geralmente por invasão militar e destronamento dos soberanos para nomeação posterior de novos sobas favoráveis aos portugueses a partir dos membros da linhagem reinante – atrelando a escolha e investidura desses líderes aos interesses administrativos imperiais. Nesse sentido, uma distinção importante vinha do fato de que tal relação deixava de ser interpessoal, para passar a ser entendida como perpétua, forçando que os novos sobas das regiões avassaladas renovassem os atos de subordinação (HEINTZE, 2007, p. 395–411, 417–420). Por esses motivos, Beatrix Heintze (2007, p. 425–428) chega a concluir que não existia de fato elementos suficientes para caracterizar uma continuidade dos traços feudais nesses tratados, compondo muito mais um arranjo de soberania indireta que, ao mesmo tempo que permitia o exercício do poder no interior dessas comunidades por lógicas africanas, possibilitava a administração de territórios com limitada presença branca e um efetivo militar incapaz de controlá-los pela força das armas – um arranjo, é claro, que não deixava de ser instável e caracterizado por contestações e conflitos internos.

Do ponto de vista dos soberanos africanos submetidos a tais tratados, essas relações de dependência não eram, no entanto, unicamente prejudiciais. Mesmo que previssem, para além do auxílio militar pela guerra preta, o pagamento de impostos e, muitas vezes, o fornecimento gratuito de súditos para trabalhos brutais como os de carregadores nas caravanas de longa distância, os tratados poderiam trazer vantagens aos sobas e seus dependentes por adquirirem o estatuto de súditos da coroa. Assim, além de potencialmente poderem contar com alguma proteção militar contra rivais (ou mesmo contra oficiais portugueses), os sobas avassalados tinham contato aberto com o comércio atlântico de investimento português e formalmente era possível fornecer proteção legal para os seus súditos de estatuto livre contra escravização ilegal, dispositivo que ganhou importância crescente ao longo dos séculos XVIII e XIX com o aumento do tráfico para as Américas (HEINTZE, 2007, p. 411–423; THOMPSON, 2015, p. 45–52; CANDIDO, 2011a, p. 178–190; FERREIRA, 2012, p. 52–87). Como formula Jill Dias (1997), em um estudo de caso para a região do *hinterland* de Luanda durante o século XIX, era fundamental para os sobas manterem identidades políticas ambíguas, assegurando seu sucesso econômico e político, mantendo crescente autonomia ao mesmo tempo que negociavam termos formais de subordinação e dependência frente às autoridades coloniais.

O resultado desses acordos ao longo dos séculos foi a geração em Angola do que Carolina Perpétuo Corrêa (2019, p. 45–50) caracterizou como um “reino em arquipélago”, no qual as fronteiras eram vagas, e os centros de poder e atuação colonial portuguesa estavam cercados – como ilhas – no meio de territórios que eram de fato administrados por soberanos autóctones, formalmente subordinados à administração colonial, mas, cujo controle de fato, como já foi levantado anteriormente, era ficcional.⁷ Esse era claramente o caso do Planalto Central de Angola durante o século XIX: enquanto as bases de atuação oficial portuguesa na região se resumiam a duas fortalezas, os presídios de Caconda e Quilengues, quem controlava de fato os territórios que oficialmente eram distritos portugueses eram os grandes sobados de poder mais centralizado, fortalecidos pelo aumento do tráfico atlântico de escravos a partir do século XVIII e que, apesar de terem sido formalmente avassalados no último quartel desse século, claramente agiam de acordo com os próprios interesses (CANDIDO, 2013, p. 292–310; THORNTON, 2020, p. 300–303, 332). Mesmo que alguns desses estados estejam entre aqueles que forneceram tropas para a guerra preta contra o Dombe Grande, de forma alguma pode-se pressupor que sempre atuavam como aliados entre si e dos portugueses, impetrando ao longo da primeira metade do século XIX muitos ataques e razias escravistas entre si, e atacando inclusive as próprias posições portuguesas no Planalto, a exemplo dos ataques contra Caconda impetrados pelos sobados de Ngalangi e Huambo, ambos oficialmente vassalos de Portugal (THORNTON, 2020, p. 339–340; CANDIDO, 2013, p. 297).⁸

Não só sobre os sobas avassalados, no entanto, que o historiador da Angola oitocentista deve evitar de pressupor uma lealdade mecânica aos projetos imperiais. Os próprios comerciantes sertanejos, nascidos em Portugal, na África ou no Brasil, muitas vezes agiam de acordo com os próprios interesses e por vezes desafiando as disposições administrativas coloniais. Se Jean-Luc Vellut (1972, p. 140–147) em ensaio clássico sobre o interior da África Centro-Occidental chegou a entender esses sujeitos como a corporificação de uma fronteira de irradiação cultural e econômica vinda da colônia, pressionando os equilíbrios políticos frágeis dos estados africanos, estudos posteriores destacaram o quanto tais sujeitos, ao agirem de acordo com seus interesses particulares imediatistas, eram alvos de grande preocupação do governo

⁷ Mesmo que concorde com a caracterização por essa metáfora, acredito que há diferenças substanciais entre os contextos políticos regionais dentro desse “arquipélago”, inclusive causadas pela maior ou menor intervenção política portuguesa ao longo dos séculos. Tais comparações regionais ainda precisam ser realizadas, mas a título de ilustração, cabe conferir os dados para a primeira metade do século XIX para as duas principais regiões de circulação de rotas atlânticas de longa distância, Ambaca e o Planalto Central, cuja fragmentação do poder e composição populacional dos sobados parece bastante distinta, influenciando diretamente na margem de manobra desses soberanos de manter suas autonomias relativas ao governo português. Para tal, ver, respectivamente: (VANSINA, 2005, p. 4–10; HEYWOOD; THORNTON, 1988, p. 213–225).

⁸ Com base nas fontes principais que utilizamos nesse estudo, que serão descritas na sequência, sabemos da convocação de tropas da guerra preta provenientes, pelo menos, dos seguintes sobados (seguindo a grafia usada nas

colonial, que temia as consequências destrutivas de suas ações no interior, ameaçando a manutenção dos fluxos comerciais para o Atlântico. Assim, não só a administração portuguesa recorrentemente tentou controlar as ações e circulações desses sertanejos, criando regulações e taxações a tais agentes, que por esse motivo procuravam no interior do continente espaços cada vez mais distantes do controle das autoridades (FERREIRA, 2012, p. 20–87; MILLER, 1997, p. 26–29).⁹

A própria administração colonial não deve ser vista como um todo uniforme em seus projetos e ações. Oficiais administrativos de esferas locais, como os capitães mores, além de militares de linha, com frequência se envolviam diretamente com o tráfico de escravos, mesmo que houvesse proibições claras ao seu envolvimento nesse tipo de comércio. Por causa de seu acesso privilegiado a posições políticas locais e a forças militares, muitas vezes estes sujeitos abusavam de suas funções para criar intrigas entre os chefes africanos das cercanias e ativamente organizavam expedições punitivas para conseguir capturar escravos a serem vendidos para os mercados do Atlântico. Por causa dos efeitos disruptivos dessas ações, com frequência a administração central procurou controlar e punir esses oficiais, temendo represálias dos sobados do entorno, tanto contra as caravanas e os moradores das feiras desprotegidas, quanto de ataques contra as próprias bases militares portuguesas (SILVA, 2016, p. 77–78, 87–91; CANDIDO, 2011a, p. 190–202, 2013, p. 65–66).

Seja por essas ações militares intencionais e diretas para criar intrigas e capturar sujeitos por razias escravistas, seja de forma mais ampla pela integração de vastas regiões do interior a um intenso e crescente mercado oceânico por seres humanos escravizados, a expansão do escravismo pela colônia portuguesa causou profundas transformações em Angola. Matizações sobre a real capacidade de exercício do poder político direto pelo governo central de Luanda e considerações sobre a importância, ou mesmo protagonismo, de muitos chefes guerreiros na captura de grandes contingentes de cativos para o tráfico transatlântico não podem servir, no entanto, para diminuir a relevância e o impacto da empresa colonial portuguesa em Angola, que tinha esse tráfico como principal objetivo econômico. Para além dos evidentes horrores que marcaram as experiências dos sujeitos que acabaram sendo capturados e embarcados para o tráfico transatlântico, a manutenção dos esforços coloniais portugueses na região resultaram em

fontes): Galanga (Ngalanga), Quipeio (Cipeyo), Quiaca (Ciyaka), Quibanda (Civanda), Ambo (Huambo), Bailundo (Mbailundo) e Cumbira (Kubula?) (LOPES, 1861, p. 183; PORTO, 1847, p. 1–2).

⁹ Os sertanejos de Angola estão entre os vários grupos sociais tradicionalmente designados pela historiografia como “lusos-africanos”. Nesse estudo evito de utilizar essa denominação por considerá-la, por um lado, pouco útil para pensar os contextos do comércio no interior de Angola, em que sujeitos em diversas posições e funções nas redes mercantis são todos tidos como parte da mesma malha “lusos-africana”, preferindo utilizar os termos de época que destacam as diferenças entre esses agentes. Por outro lado, procurarei também evitar alguns vícios analíticos que os estudos que destacaram as lusos-africanidades nas regiões ao longo da costa atlântica geralmente carregam, conforme apontado por: (ITO, 2019).

ciclos de violência, com guerras incessantes, que desarticularam entidades políticas e transformaram os modos de vida de quem ficou no continente – não à toa que foi essa mesma região, onde ocorreram os esforços mais intensos na costa africana de expansão territorial europeia rumo ao interior, que acabou se tornando a principal zona de origem dos escravizados vindos para as Américas no período Moderno (CANDIDO, 2013, p. 17–18).

Em um importante balanço realizado nos anos 1990 sobre a historiografia acerca do colonialismo europeu na Ásia e na África, Frederick Cooper (2016, p. 73–75, 98–99) fez considerações sobre as discussões envolvendo os limites do controle e das resistências nas sociedades coloniais, desenvolvendo um debate com especial atenção às análises e afirmações dos historiadores do grupo dos Estudos Subalternos indianos acerca das noções sobre a autonomia das esferas sociais dos sujeitos subalternos. Demonstrando vários problemas decorrentes desse tipo de ênfase, Cooper aponta falhas analíticas que tenderam a subestimar a capacidade dos colonizados de modificarem as forças que os subordinavam, ao superestimarem o poder da política colonial. Para tal autor, caracterizações mais matizadas sobre as contradições desses arranjos de poder, muitas vezes dependentes de intermediários locais e incapazes de homogeneizar e controlar as sociedades dominadas, ajudam a entender inclusive o quanto a violência desse colonialismo poderia ser até mais brutal nos contextos em que esse poder era mais frágil. Considero importante esse destaque pois, como já discutido anteriormente, não só o caso angolano, mas os impérios coloniais dos séculos XVI ao XIX em geral eram burocraticamente mais frágeis e, ao criarem estruturas de controle, hierarquizações sociais e saberes sistematizados, faziam essas ações com base em abstrações distantes da realidade cotidiana do exercício do seu poder. No entanto, tais impérios tentavam impor esses projetos globais a partir do constante uso de violência para minimamente consolidar esses sistemas, talvez de forma até mais extremada por causa dessa debilidade (RODRIGUES; CANDIDO, 2018, p. 403).

Todos esses elementos são importantes para colocar em perspectiva os principais fatores causadores dos conflitos envolvidos na expedição punitiva contra o Dombe Grande em 1846: a fragilidade administrativa e militar do governo colonial, ainda mais intensa no caso da região de Benguela, se comparado com a região da capital Luanda; a variedade de interesses econômicos e políticos dos diversos agentes sociais que protagonizaram o episódio, fossem eles administradores ou militares locais, sobas tidos como “rebeldes” ou “aliados”, ou parte da malha diversa de negociantes que atuavam nas rotas de longa distância – sejam os grandes donos das casas comerciais de Benguela, sejam os sertanejos que habitavam nos presídios e feiras do interior. É nesse cenário que florescem os conflitos de interesses entre os grupos que, supostamente, eram todos súditos da coroa portuguesa, mas que se aproveitam desses momentos

de interferência direta e militar portuguesa na política local dos sobados para cumprirem seus próprios projetos. Além disso, evidentemente esse tipo de ação também demonstra, apesar das fragilidades tão destacadas, que havia a capacidade do estado colonial em punir e regular a atuação de certos oficiais que ameaçavam os projetos coloniais mais amplos, além de impor a obediência de alguns dos seus súditos autóctones na base da coerção militar. Na sequência, tentarei expor e analisar essa sequência de episódios que duraram somente alguns meses entre 1846 e 1847, que podem nos ajudar a ver as várias faces desse caleidoscópio que caracterizou o colonialismo português em Angola durante o século XIX.

Para tal, além dos relatórios presentes na correspondência oficial do governador de Angola na época, Pedro Alexandrino da Cunha, com o Ministério e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, documentação que está salvaguardada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), esse estudo se baseará em duas fontes principais. A primeira delas é a memória do major Francisco Xavier Lopes, apresentada em agosto de 1847 ao governador Alexandrino da Cunha. Responsável pela construção de um forte no Dombe após o final das operações em 1847, Lopes faz uma descrição dos povos da região e um relato da expedição militar e das decisões administrativas posteriores à tomada da região, cabendo ainda a responsabilidade de descrever a viabilidade de retomada da exploração das minas de enxofre então abandonadas. Estando, portanto, presente na região logo após à expedição, Lopes não só descreve os episódios principais que marcaram esse processo, mas também comenta de primeira mão sobre o restabelecimento do controle administrativo com a nomeação de novos sobas e construção da fortaleza, além de fazer um histórico dos conflitos no Dombe, com diversas críticas aos agentes portugueses que atuaram na região (LOPES, 1861).¹⁰

Para cruzamento com as memórias do major Lopes, que anuncia no começo do texto que nada dirá sobre o “imprudente roubo da ambaca [caravana] do Bihé” (LOPES, 1861, p. 179), esse estudo também analisará os episódios narrados nos cadernos do sertanejo António Francisco Ferreira da Silva Porto, negociante que não só era uma das lideranças entre os moradores brancos do Bié, mas também tornou-se famoso por relatar suas viagens pelo interior da África Central em seus diários, que resultaram em uma volumosa coleção de cadernos que narram o cotidiano das caravanas e da vida no interior de Angola da década de 1840 até a sua morte em 1890¹¹. Será usada a versão mais antiga dos manuscritos de Silva Porto, reunida e enviada para Lisboa em 1869, e posteriormente salvaguardada na Sociedade de Geografia de Lisboa (PORTO, 1847). Uma versão reformulada e mais completa dos diários do sertanejo foi enviada em 1885 para a

¹⁰ Utilizei para esse estudo a versão desse relatório que foi publicada no Anais do Conselho Ultramarino em 1861, no entanto, há também uma versão manuscrita de tais memórias no Arquivo Histórico Ultramarino, presente em: AHU, Angola, Correspondência dos Governadores, pasta 12, 31 de junho de 1847.

¹¹ Sobre a vida e obra de Silva Porto, ver, principalmente: (SANTOS, 1986, 1998; MIGUEL, 2001; CEITA, 2014).

Sociedade de Geografia Comercial do Porto, que hoje faz parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto; no entanto, curiosamente, todos os comentários de Silva Porto acerca do ataque pelas forças de Caconda à caravana de José Vaz Pereira dos Santos foram retirados dessa versão revisada do texto, uma autocensura que foi possivelmente motivada pelo incômodo do sertanejo em reconhecer e registrar a responsabilidade da administração portuguesa nessa ação.

O Dombe Grande da Quizamba

Os *ndombe*, identidade atribuída aos povos que habitavam a região do Dombe Grande, eram os habitantes do litoral nas cercanias de onde os portugueses instalaram o porto de Benguela no início do século XVII. Organizados em diferentes entidades políticas, esse povo pastoril consolidou uma identidade comum entre súditos de vários sobas ao longo dos séculos, provavelmente para se destacar dos povos agrícolas do Planalto Central, falantes de umbundo; assim, os *ndombe* se entendiam com base em uma identidade comum, e não de acordo com o soba a quem obedeciam, como o faziam os falantes de *umbundo* (CANDIDO, 2011b, p. 59–62; GOMES, 2014, p. 2–5). A formação dessa identidade também provavelmente esteve diretamente ligada ao contato mais longo com as operações coloniais portuguesas. Deve-se ter em mente que, ao contrário do colonialismo do século XX, em que os Estados coloniais procuraram criar e impor identidades fixas para os súditos “não civilizados” do império, nos séculos anteriores, mesmo que os colonizadores portugueses tentassem organizar listas, censos e mapas que incluíssem os povos africanos como se referissem a identidades comuns a partir de mesmas origens ou correspondências a estados, as pessoas tinham identidades muito mais fluidas. Assim, mesmo havendo referências portuguesas aos *ndombe* desde os primeiros contatos nos seiscentos, com a intensificação das atividades políticas e econômicas lusitanas na região, muitos dos *ndombe* passaram a se identificar com Benguela, ou como “filhos da terra” (CANDIDO, 2011b, p. 66–67).

Por causa desse processo, no final do século XVIII quem se identificava como *ndombe* passou a ser as pessoas que viviam fora de Benguela, principalmente ao sul, servindo como referência cada vez mais direta aos moradores dos sobados do Dombe Grande da Quizamba, localizado a 80 quilômetros a sul da cidade. Mesmo que o origem do termo “Dombe Grande” seja passível de debate, já há referência a um “soba da Quizamba” como um dos vassallos de Portugal na região em 1627, além de outras referências pontuais em fontes do século XVII, o que parece sugerir que a relação dos sobas dessa região com o governo colonial tenha se caracterizado por uma multissecular “política de boa vizinhança”, para usar o termo de Maria Alexandra Aparício (1997, p. 109–110; GOMES, 2014, p. 5–6). Por causa de tais relações até

então pacíficas dos portugueses com os sobas do Dombe Grande, a identificação com esses soberanos no século XVIII também poderia ser estratégica já que, como comentamos anteriormente, por serem vassallos da coroa portuguesa, os súditos livres desses chefes africanos estariam legalmente protegidos da escravização (CANDIDO, 2011b, p. 70–72).

No entanto, na segunda metade do século XVIII, as relações entre o governo colonial e os sobas do Dombe Grande começaram a sofrer transformações. Na década de 1760, durante o governo de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, realizaram-se na região do Dombe pesquisas prospectivas sobre possíveis reservas de enxofre, recurso necessário para a fabricação de pólvora, fundamental para a segurança militar e o comércio regional. Mesmo que os relatos não sejam unânimes sobre se de fato essas reservas eram vultuosas ou não, o fato é que a partir de então aumentaram as operações coloniais na região, seja na mineração de enxofre que se iniciou a partir de 1809, seja com a agricultura e pastoreio para abastecer a região de Benguela. A crescente exploração das terras e da força de trabalho locais aumentaram as tensões com os portugueses e, tendo dificuldades de enfrentar pelas vias oficiais o que entendiam como abusos dos colonos, cresceram as revoltas entre os ndombe, que acabariam resultando em fechamentos sucessivos das minas de enxofre, em sequestros de caravanas vindas do presídio de Quilengues para Benguela e na eventual expulsão dos oficiais administrativos portugueses, os regentes, da região (APARÍCIO, 1997, p. 110–111; LOPES, 1861, p. 182, 186). Para além das revoltas contra a mineração, somam-se aos fatores de instabilidade política os efeitos da proibição do tráfico atlântico de escravos em 1836, levando não só à expansão das atividades agrícolas a partir do capital dos grandes traficantes em busca de diversificação de investimentos – o que aumentou a expropriação de terras e exploração de mão de obra nas cercanias das cidades portuguesas, mas também a um aumento das razias escravistas nas proximidades de Benguela, em especial na década de 1840, alimentando os últimos suspiros do intenso tráfico ilegal de escravos para as Américas (APARÍCIO, 1997, p. 112; CANDIDO, 2013, p. 290).

Em resposta às crescentes ameaças à presença portuguesa, o governo colonial procurou desenvolver respostas militares aos revoltosos. Após a criação em 1818 de uma Companhia de Milícias na região, em 1839 foi realizada uma expedição militar do governo de Benguela contra os sobas da região. O estopim dessa operação foi o ataque a uma caravana cujas fazendas pertenciam ao major e importante negociante benguelense José Ferreira Gomes, que induziu o governador de Benguela, Henrique Duarte Chatteuneuff, a marchar contra o Dombe com uma força de infantaria liderada pelo alferes Joaquim Luiz Bastos, junto a um batalhão de voluntários e duas peças de artilharia.¹² Convencido por parte dos voluntários a não enfrentar abertamente os

¹² Sobre José Ferreira Gomes, as conexões comerciais transatlânticas de seu clã familiar e sua prisão em 1845 por suposta participação em um plano de revolta contra os brancos e o governo colonial em Benguela, que é a causa

sobas do Dombe e sim atender às suas demandas, Chatteauneuff entrou no Dombe “com aparências de visita e não de guerra” no dia 11 de setembro, e a tropa já estava de volta para Benguela dois dias depois, não encerrando o ciclo de revoltas na região até a expedição de 1846 (LOPES, 1861, p. 182–183).

Para reunir quantidade de tropas suficiente para encerrar a revolta dos sobas do Dombe Grande, o governador de Angola Pedro Alexandrino da Cunha ordenou em dezembro de 1845 que o comandante do presídio de Caconda, Ferreira de Andrade, convocasse a guerra preta que estamos analisando, que saiu como expedição do presídio em outubro de 1846 (LOPES, 1861, p. 183). Em junho desse ano, em viagem de retorno de Benguela ao Bié, ao passar pelo Huambo, a caravana de Silva Porto encontrou com importante personagem dessa história, João Lourenço Borges, conhecido como Canduco, que era o capitão de guerra preta de Ferreira de Andrade. O oficial, que nessa ocasião estava convocando o soba do Huambo para ceder tropas para a dita expedição, é pejorativamente descrito por Silva Porto (1847, p. 2) como um “homem preto de estatura alta, magro e inteiramente desbocado no falar”. A participação e liderança na tropas imperiais de sujeitos que, como Canduco, eram súditos não brancos, relacionadas diretamente com a própria nomeação e entrega de patentes para cargos militares locais apropriados ou criados para o contexto específico angolano, como o de capitão de guerra preta, caracterizaram as tentativas de adaptação do império português para aceitação de regras e usos costumeiros, o que permitiu incorporar as forças militares das várias partes do império, fundamentais para a manutenção do colonialismo (CARVALHO, 2020, p. 145–148).

As tropas saídas de Caconda eram compostas por 32 praças de companhia de linha e voluntários, comandados pelo “Capitão Freitas” e “segundo tenente Mergú”, para além dos já ditos dois mil homens de guerra preta, comandados pelos capitães Canduco e Humbo, além dos sobas de Ngalanga e Cipeyo. Na “Hanha de Quibonda” (Hanya), com a recusa dos moradores locais de darem mantimentos e sustento para a expedição de guerra, foi realizada uma razia que, apesar de Francisco Xavier Lopes não especificar os motivos, “forçou” que os sobas de Ngalanga, Cipeyo, Civanda e Cumbira se retirassem com seus guerreiros, seguindo para o Dombe somente as tropas de guerra preta diretamente comandadas pelos capitães Humbo e Canduco, que se uniram posteriormente com duzentos homens do comandante de Quilengues, o capitão Miguel António Baptista. Antes de tais tropas chegarem ao Dombe Grande em dezembro, os três sobas rebeldes fugiram com suas famílias e rebanhos, sendo posteriormente capturados pelas forças coloniais – sendo um deles, Hanha, morto em Benguela em 24 de dezembro, e os outros dois, Canquina e Vatara, aprisionados e remetidos para Luanda em maio

provável de Lopes acidamente afirmar que o governador de Angola José Xavier Bressane Leite “imprudently conferiu o posto de major [a José Ferreira Gomes]” (LOPES, 1861, p. 182), ver: (FERREIRA, 2013).

de 1847 – os dois sobas do Dombe que se mantiveram aliados ao governo colonial por todo esse período, Hamba-Umpala e Quipa, foram conservados nos seus cargos. Logo após a nomeação de novos sobas para ocuparem as posições dos rebeldes, as tropas da guerra preta abandonaram o Dombe Grande, para a indignação de Lopes, por terem deixado a região abandonada com proteção somente de 38 praças de tropa de linha provenientes dos presídios de Caconda e Quilengues (LOPES, 1861, p. 183–184). Esse tipo de reclamação sobre os sobas abandonarem, nas duas ocasiões, as tropas coloniais mostram que, mesmo em situações que estão claramente fazendo ações de manutenção do poderio colonial, possivelmente agem de acordo com os próprios interesses, não exercendo uma obediência incontestável.

Nessa posição de fragilidade, diante do risco de represália dos rebeldes que podiam ter se retirado para as redondezas, o comandante Francisco António Gonçalves Cardoso, chefe da Estação Naval, enviou ao Dombe Grande toda a força militar que havia em Benguela e na Catumbela. Em janeiro de 1847, o próprio tenente Francisco Alves Xavier chegou no Dombe por escuna, acompanhando força de 45 praças de infantaria (LOPES, 1861, p. 184; CUNHA, 1846). Lopes também descreve que os rebeldes fugitivos foram perseguidos e guerreados em março de 1847 pelas tropas coloniais, mas também por sobas aliados de Portugal, que aproveitaram a ocasião para capturar os rebanhos dos rebeldes e, provavelmente, escravizar parte destes. Mesmo não explicitando uma data, o tenente Lopes afirma que logo após o final da guerra foi nomeada uma comissão para definir os contratos de sujeição dos novos sobas, definindo tributos e dividindo as terras entre eles. Para além do capitão de Caconda, que presidiu a comissão, fizeram parte dela o agora governador de Benguela, Joaquim Luiz Bastos, o capitão Canduco e dois dos mais influentes negociantes da praça de Benguela, José Luiz da Silva Viana e Manuel António Teixeira Barbosa, sendo este último inclusive o armador de Silva Porto. No dia 1º de março esta comissão convocou Lopes para auxiliar na demarcação das terras e, antes disso, ainda em janeiro, como já comentamos, Lopes já estava na região por ter sido designado para definir o espaço de construção de uma fortaleza portuguesa na região, que ficou conhecida como o Reduto do Cardoso, em homenagem ao chefe da Estação Naval – no final deste ano, Lopes chegaria, inclusive, a se tornar o governador de Benguela (LOPES, 1861, p. 184–185; APARÍCIO, 1997, p. 111; SANTOS, 1986, p. 61). Em relatório do estado da província referente ao mês de fevereiro de 1847, o governador de Angola já afirmava ao ministro da marinha e ultramar que a campanha militar contra os ndombe tinha se encerrado com sucesso (CUNHA, 1847a).

Apesar da instalação de uma fortaleza militar na região tenha invertido a correlação de poderes entre os sobas e a administração colonial, o pagamento de tributos e a expansão agrícola de fazendeiros de Benguela, especialmente interessados na produção de cana de açúcar e algodão, aumentaram as tensões entre moradores locais e os colonos, resultando em séries de

revoltas na década seguinte. Um dos próprios sobas nomeados em 1847, Quioca, batizado como D. Luiz de Camões, foi logo deposto em 1852, após ter incitado seu povo à rebelião contra os portugueses (APARÍCIO, 1997, p. 111–113).¹³

Caconda e as Caravanas do Bié

No entanto, nesse ponto da nossa análise, falta ainda compreender o episódio que abriu a narrativa deste texto: o ataque da caravana de José Vaz Pereira Santos pelas tropas da guerra preta de Caconda. Para tal, antes de entrarmos nos detalhes do episódio, é necessário se entender de forma mais ampla as relações por vezes conflituosas entre os administradores de Caconda e os sertanejos do Bié.

Desde o século XVII, a base de operações dos portugueses no interior de Benguela era o presídio de Caconda, localizado na Hanya, cercado e ameaçado por poderosos chefes guerreiros, que se fortaleceram com a expansão do tráfico atlântico. Com crescentes ameaças à atuação de sertanejos nos territórios dos sobados da região, e com um interesse renovado pelo controle mais direto e rígido desses territórios durante a Era Pombalina, na segunda metade do século XVIII foram empreendidas várias campanhas militares portuguesas no Planalto Central, incluindo contra o soba de Katala, em cujos territórios foi construído um novo presídio de Caconda em 1769, com posição estratégica e com o projeto de ser o centro de operações de um enorme distrito nominal português, com cerca de 139 quilômetros de largura e 100 quilômetros de comprimento (MILLER, 1997, p. 22–26; THORNTON, 2020, p. 297; CANDIDO, 2013, p. 257–258, 2008, p. 67–69).

A instalação de Caconda e o empreendimento de algumas importantes expedições de conquista no Planalto, sendo a principal delas a guerra do Mbailundo (1773-1775), levaram ao avassalamento dos principais soberanos da região mesmo que, como já comentamos anteriormente, estes tenham usado a vassalagem nominal para se fortalecer e assegurar a sua autonomia, inclusive contra os portugueses. No entanto, a consequência mais importante desse processo foi a instalação de sertanejos em feiras nas cortes de alguns destes sobados, o principal deles sendo o Bié, com esses negociantes atuando, portanto, fora de Caconda. Além disso, mesmo que a administração tivesse constituído essas feiras também como formas de tentarem controlar a circulação desses sertanejos, tentando resumir suas atividades a territórios circunscritos, os funcionários africanos desses negociantes, os pombeiros, circulavam em caravanas menores e mais pulverizadas por diversas partes do interior do continente, sendo

¹³ Para mais sobre conflitos ligados às mudanças nos termos das disputas pela posse de terra na região durante o século XIX, ver: (CANDIDO, 2014, p. 227–230, 2020).

importantes responsáveis pela ampliação da oferta de escravos no período. Ao atuarem no interior, além de tentarem fugir do controle fiscal mantido pela administração, os sertanejos também com frequência organizavam ataques contra caravanas, desviavam recursos neles investidos por comerciantes do litoral e por vezes negociavam de forma direta com negreiros ingleses e franceses (MILLER, 1997, p. 28–31; FERREIRA, 2012, p. 29–33, 59–61; SANTOS, 1986, p. 36–37, 59–60).

Próximo à nascente do rio Kwanza, os moradores da feira do Bié conseguiam deslocar suas caravanas tanto até Benguela, quanto até Luanda – seguindo, nesse segundo caso, o curso do dito rio. No entanto, em 1823 houve uma guerra entre os sobas do Bié e do Mbailundo, na qual o mandatário do Mbailundo tentou destronar o soba rival e, durante o conflito, acabou sendo assassinado e decapitado. A partir deste momento, os sertanejos do Bié, temendo represálias do Mbailundo contra suas caravanas, priorizaram a conexão com Luanda, evitando passar comitivas via Planalto Central até Benguela (THORNTON, 2020, p. 337–338; SANTOS, 1986, p. 59; CEITA, 2014, p. 144).

Além dessa interrupção da circulação pelo planalto das caravanas vindas do Bié, o presídio de Caconda também sofreu um grande desabastecimento econômico com a proibição do tráfico em 1836, que também resultou a diminuição do fluxo de caravanas (SANTOS, 1986, p. 65–66; CANDIDO, 2008, p. 69–70). Mesmo quando os sertanejos do Bié tentaram, a partir de 1838, reestabelecer contatos diretos com Benguela – evitando passar pelo Mbailundo – com frequência eles preferiam não passar pelo presídio português, priorizando a passagem pelas terras de sobas como o do Huambo, que consistia em caminhos menores e desviava dos tributos cobrados pelas autoridades portuguesas (SANTOS, 1986, p. 60–61, 65–66).

Mapa 1 – Viagens de Silva Porto do Bié para Benguela (1846-1847)¹⁴

¹⁴ Destaca-se no mapa o trajeto a norte, feito por Silva Porto em 1846, passando pelo Huambo, em contraste com o trajeto a sul, realizado pelo sertanejo no ano seguinte, que passava por Ngalangi e pelo presídio de Caconda. Como mostra o mapa, ambos os trajetos se distanciavam a sul do poderoso sobado do Mbailundo.

junho a caravana de Guilherme José Gonçalves, da qual Silva Porto fazia parte, foi cercada pelas tropas do soba do Huambo. Acusados de serem cúmplices de um capitão conspirador da terra, que distribuía os bens de prestígio do soba para um rival da mesma linhagem, o soba do Huambo cobrou da caravana um mucano, uma multa, para compensarem o crime de conspiração. Mesmo que tenham considerado reagir militarmente, por causa da posição estratégica do Huambo no controle da travessia do rio Keve e pelo fato de ser um soba poderoso e não um pequeno grupo de bandoleiros, os sertanejos acabaram por pagar um valor considerável pelo mucano ao soba do Huambo, sendo esse um outro grande risco dos sertanejos ao transitarem por zonas sob controle direto de autoridades africanas (PORTO, 1841-1885, p. 8–9).¹⁵

Além desse incidente da cobrança do mucano, que possivelmente serviu para já aumentar as desconfianças dos sertanejos do Bié com este soba, foi nessa mesma ocasião na qual, como já comentamos, Silva Porto se encontrou no Huambo com Canduco. Para além de ficar informado sobre os planos da expedição punitiva, o sertanejo ficou especialmente preocupado com o fato de, mobilizando as tropas de alguns dos principais sobados do Planalto, os caminhos ficarem desertos e mais desprotegidos contra possíveis ataques de bandoleiros. Ao chegar de volta ao Bié, Silva Porto avisou todos os seus colegas do acontecimento, sugerindo a adoção do caminho pelo presídio de Caconda em busca da proteção não oferecida pelos sobas. O sertanejo ainda justifica a sua escolha pela passagem por Caconda nas próximas viagens por este conflito se tratar de uma “guerra do rei”, sendo os riscos muito maiores para as caravanas se fosse uma guerra entre os reinos africanos – o que tornaria a decisão mais prudente adiar as viagens até o fim das escaramuças¹⁶. Tal foi o caminho escolhido, portanto, pelas duas caravanas que saíram do Bié na sequência desse episódio, a caravana José Vaz Pereira dos Santos, que partiu em agosto de 1846, e a caravana de Guilherme José Gonçalves, que saiu no mês seguinte (PORTO, 1847, p. 1–2).

A opção dos sertanejos do Bié por preferirem passar em territórios de sobados como o Huambo para desviar de Caconda e dos tributos lá angariados incomodava os administradores do presídio. Mesmo considerando que havia de fato um conflito do Dombe Grande e o chamamento da guerra preta foi de iniciativa do governador geral de Angola e não dos administradores locais, Maria Emília Madeira Santos (1986, p. 65–66) levanta a hipótese que o comandante de Caconda teria intencionalmente esvaziado os caminhos para forçar que as caravanas do Bié passassem

¹⁵ Para mais sobre o funcionamento do sistema de mucanos, ver: (MADEIRA-SANTOS, 2012; FERREIRA, 2012, p. 88–125; VANSINA, 2005, p. 10–13).

¹⁶ No ano seguinte, por causa da realização das chamadas “guerras do Nano”, que eram os conflitos propagados entre os estados africanos do Planalto, Silva Porto decide fazer a viagem para Benguela mesmo assim. Após passar pelas terras de Caquingue, o sertanejo optou por contratar os serviços de oficiais do soba local como guias pelo caminho de Ngalangí, soba do qual Caquingue era subordinado. Assim, esses guias levaram a caravana em

pelo território do presídio. Não podendo se avaliar o esvaziamento dos caminhos pela guerra preta como causado unicamente pelas intenções do comandante de Caconda, no entanto, há de se reconhecer que tais administradores locais, como debateremos na sequência, não perderam a oportunidade de se aproveitarem da situação para realizar extorsões e resolver rixas que tinham com os negociantes dos sertões.

Na viagem de ida para Benguela, quando a caravana de Pereira dos Santos se aproximou do território de Caconda, seus comandantes enviaram funcionários para o presídio para que fosse definido o valor do tributo de passagem. Tais carregadores retornaram com uma escolta de soldados comandados por um irmão de Canduco, que, na sequência, levaram os chefes da caravana para se encontrarem no presídio com o comandante Ferreira de Andrade que, diante de um pagamento de 30 enxadas pela passagem da comitiva pelas terras, recusou o tributo exigindo mais trinta. Após serem pagas as 60 enxadas ao comandante, a caravana seguiu viagem para Benguela; no entanto, na viagem de volta, para evitar futuras extorsões em situações análogas, essa mesma comitiva decidiu seguir o caminho a norte, para passar por Yicoma (Quicuma, em Silva Porto), desviando do presídio português. No entanto, na Hanya, foram interceptados pelo mesmo irmão de Canduco, afirmando vir com sua escolta permitir o transporte da comitiva, e forçando a comitiva seguir caminho até fazerem acampamento no centro do arraial da guerra preta na Hanya – exatamente no ponto que havia sido feita uma razia contra os povos locais. Na manhã seguinte, antes que a caravana fosse colocada em movimento, ouviram-se tiros e se iniciara o saque dos fardos vindos de Benguela e, quando os comandantes brancos foram ao arraial do comandante da guerra para saber os motivos de tal ataque, foram expulsos do acampamento (PORTO, 1847, p. 2–5).

Silva Porto é categórico em seus diários ao culpar Ferreira de Andrade pelo ataque, sendo o comandante cúmplice (ou responsável) de vários dos episódios: foi ele que tinha vociferado contra os brancos do Bié na ocasião que cobrou um imposto de passagem suplementar na viagem de ida da dita caravana para Benguela; da mesma forma, no lugar de seguir viagem para Dombe após guerrear contra os habitantes da Hanya, tal comandante decidiu esperar que a caravana sertaneja passasse por perto desse território; ao saber que a caravana desviara seu trajeto a norte para escapar de seu controle, foi Ferreira de Andrade quem mandou a comitiva armada que forçou a caravana sertaneja a ir para a armadilha no centro do arraial de guerra. Sem poder, portanto, contar com o auxílio de Caconda para resolver a situação, no dia seguinte à audiência no Bié que abriu esse texto, Silva Porto fez um acordo com o mandatário do reino para levar representações ao governo colonial em Benguela exigindo reparações pelas suas perdas; em 7 de

segurança até arraial de guerra, passando como comitiva oficial do soba de Ngalangi até chegarem em Caconda (PORTO, 1847, p. 7–17).

março de 1847, no primeiro dia da viagem de Silva Porto, no entanto, retornava de Benguela a caravana de Guilherme José Gonçalves (que partira, como já dissemos, na sequência de Pereira dos Santos), já trazendo em comissão do governo distrital e de negociantes da praça de Benguela as fazendas para reparações, além de estarem presentes nela parte dos sobreviventes do ataque (PORTO, 1847, p. 5–6).¹⁷

Desconfiando das intenções de Ferreira de Andrade desde a viagem de ida, Guilherme José Gonçalves avisou as autoridades de Benguela do ocorrido na Hanya antes de partir para o Planalto, assegurando não só a reunião dos recursos para a compensação do soba do Bié, mas também a demissão do comandante de Caconda. Em abril, quando Silva Porto passou pessoalmente por Caconda, esta já estava sob comando de um capitão interino, Aurélio José Antunes (PORTO, 1942, p. 58). Além de Ferreira de Andrade, outros membros da administração sofreram efeitos desse episódio: seja por suas ações ou omissões diante de tal crise, há um ofício de 1847 ditado pelo soba do Bié, em que o soba solicita a substituição do capitão mor local, Francisco José Coimbra, já que este não era bem respeitado pelos moradores da feira – o que não foi acatado pela administração (FERREIRA, 2012, p. 106–107). No mesmo ano, outro ofício do soba do Bié para o governo de Benguela foi acerca da restituição de um súdito escravizado ilegalmente por um residente de Benguela, Manuel de Azevedo Pereira. O governador do distrito respondeu ao soba que, apesar de Pereira afirmar que tal sujeito nunca esteve em seu poder, o morador enviava ao soberano, a título de amizade, um presente que incluía uma ancoretta de aguardente. Com evidente referência à conjuntura de ameaças que os sertanejos do Bié sofreram no ano anterior, o oficial afirma na sequência que esperava que o soba se comprometesse em manter bom tratamento aos brancos que moravam em suas terras, já que o mandatário também estava sendo bem tratado pelos portugueses (CURTO, 2011, p. 66–67).

Por parte dos sertanejos, a conclusão mais evidente desses episódios é que eles não poderiam contar com um apoio inquestionável e incondicional dos administradores de Caconda, o que se somava ao fato de que o caminho pelo presídio poderia também ser mais longo¹⁸. Em 1852, após novos incidentes ocorridos com caravanas sertanejas em territórios do Huambo, Silva Porto, de acordo com decisão conjunta com outros sertanejos do Bié, dirigiu-se para a capital do Mbailundo para reestabelecer as relações com esse poderoso sobado, do qual se desviavam desde

¹⁷ No relatório do estado da província do governador Alexandrino da Cunha, de 4 de março de 1847, o governador reafirma o fim dos conflitos na região do Dombe e comenta que as caravanas comerciais já estavam circulando com segurança pelo interior de Benguela. Não é claro se nessa ocasião já tinha chegado ao conhecimento do governo geral os acontecimentos da Hanya (CUNHA, 1847b).

¹⁸ Comparativamente, a viagem de Silva Porto do Bié para Benguela pelo caminho do Huambo em 1846 durou 27 dias, enquanto a viagem que realizou no ano seguinte, após todos os ocorridos na guerra do Canduco, passando por Ngalangi e Caconda, durou 44 dias. No entanto, não só a distância física deve ser considerada nessa diferença de duração, já que a viagem de 1847 foi realizada durante os meses chuvosos de março e abril, quando os leitões dos

a guerra de 1823¹⁹. Estabelecendo uma aliança duradoura com o poderoso soba Mbonge do Mbailundo, o que permitiu livre circulação de caravanas bienas mesmo por décadas após o fim de seu reinado, os sertanejos do Bié fizeram o caminho do Mbailundo o seu trajeto principal para Benguela, sendo um caminho menor e mais protegido, diminuindo permanentemente a influência de Caconda no funcionamento desse comércio (BARROCAS; SOUZA, 1997, p. 97–101; CANDIDO, 2008, p. 70).

Conclusões

Os episódios aqui analisados descrevem muito tipos de agentes coloniais e de projetos político-econômicos, que por vezes se chocavam de acordo com as mudanças conjunturais dos arranjos políticos da região – sejam elas causadas pelos novos projetos coloniais do pombalismo ou do pós-proibição do tráfico de escravos, sejam elas dinâmicas autônomas entre os Estados africanos, como as guerras entre os sobados que forçavam o deslocamento de rotas comerciais.

Há muita diferença também entre as possibilidades e termos de negociação dos sobas africanos frente ao estado colonial. Mesmo entre aqueles que assinaram seus tratados de vassalagem, se por um lado a sua autonomia era ameaçada em caso de serem interpretados como “rebeldes” pelos administradores locais, podendo sofrer missões punitivas como a analisada nesse texto, tal evento também mostra como era fundamental a participação de outros sobas vassalados, obedecendo por vezes os próprios interesses e agendas, para a manutenção do equilíbrio político e militar da colônia. Enquanto três dos sobas do Dombe Grande foram destronados por se oporem aos desígnios imperiais impostos ao seu povo e suas terras, sobas do Planalto Central como o Huambo, Mbailundo ou Ciyaka utilizaram-se da participação na guerra preta não só para acumular riquezas saqueadas nos ataques, mas também utilizavam essas ações de obediência à coroa portuguesa como manutenção de identidades políticas ambíguas para manter a sua autonomia relativa na política local.

Mesmo no caso dos súditos portugueses mais diretos, como os moradores das feiras do interior, fossem eles comerciantes ou mesmo administradores e militares, tal episódio deixa claro que não podemos pressupor sua subordinação e obediência aos grandes projetos coloniais, com

rios aumentam – exigindo a construção de pontes e canoas – e, em várias ocasiões, a caravana ficou impossibilitada de avançar enquanto a chuva não cessasse (PORTO, 1942, p. 25–61).

¹⁹ Inclusive, como aponta John Thornton (2020, p. 338), as tensões entre o Mbailundo e o Bié estavam novamente acirradas na década de 1840, quando o Mbailundo se aproveitou dos conflitos que soba Kayangula do Bié enfrentou frente a parentes e sobas subordinados, realizando ataques contra terras do Bié e fazendo com que uma série de sobas das regiões limítrofes mudassem sua lealdade do Bié para o Mbailundo. Segundo Constança Ceita (2014, p. 144), o reinado de Kayangula, sucessor do referido soba Lyambula, ocorreu entre 1847 e 1850, podendo justificar assim o temor que os carregadores da caravana de Silva Porto tiveram de represálias armadas ao passarem pelas terras do Mbailundo em 1852 (PORTO, 1942, p. 90).

frequência atuando fora das regulações legais da administração mais ampla e mobilizando os aparatos administrativos para enfrentar suas facções rivais, seja ao utilizar tropas para roubarem cargas de caravanas comerciais, seja ao acionar a administração central para assegurar a expulsão e punição de seus rivais presentes na administração local.

Se por um lado esses arranjos demonstram a grande fragilidade política da administração colonial, principalmente frente aos estados africanos autônomos que a cercavam, o que leva alguns historiadores inclusive a negarem a caracterização dessa região como uma colônia minimamente coesa; por outro lado, tais episódios deixam bem claro os diversos impactos das atividades imperiais portuguesas na região como um todo. Afinal, mesmo que haja diversidade de projetos, no episódio analisado vemos uma operação militar contra súditos insurretos, a construção de uma fortaleza para manter operações extrativas e, em período posterior, a tomada de terras dos moradores autóctones, a punição a oficiais administrativos e a indenização de líderes aliados, demonstrando, ao mesmo tempo, um contexto de fragilidade administrativa e de recrudescimento de tal domínio – e tudo isso para manter a continuidade da circulação de mercadorias que foram fundamentais para a economia do império português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino

CUNHA, Pedro Alexandrino da. Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Angola, Correspondência dos Governadores, pasta 10 A, 16 de dezembro de 1846. **Sobre o estado da Província**. Luanda, 1846.

_____. SEMU, Angola, Correspondência dos Governadores, pasta 12, 06 de fevereiro de 1847. **Sobre o estado da Província**. Luanda, 1847a.

_____. SEMU, Angola, Correspondência dos Governadores, pasta 12, 04 de março de 1847. **Sobre o estado da Província**. Luanda, 1847b.

Sociedade de Geografia de Lisboa

SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. Res 1- E - 2. **Memorial de Mucanos**. Lisboa, 1841-1885.

_____. Espólio de Silva Porto, cx. 1. **Borrões da 2ª Viagem**. Lisboa, 1847.

Publicadas:

LOPES, Francisco Xavier. O Dombe Grande da Quisamba. Memória apresentada ao Governador Pedro Alexandrino da Cunha, por Francisco Xavier Lopes. **Annaes do Conselho Ultramarino - Parte não oficial**, II. p. 179–186, 1861.

PORTO, António Francisco Ferreira da Silva. **Viagens e Apontamentos de um Portuense em África: Excerptos do “Diário” de António Francisco da Silva Pôrto**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca - Agência Geral das Colónias, 1942.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político Português (séculos XIX-XX). **Penélope - O Imaginário do Império**, n. 15, p. 39–52, 1995.

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. **Ferreiros e Fundidores da Ilamba. Uma História Social da Fabricação de Ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII)**. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.

APARÍCIO, Maria Alexandra. Política de boa vizinhança: os chefes locais e os europeus em meados do século XIX: o caso do Dombe Grande. In: **A Dimensão Atlântica da África - II Reunião Internacional de História da África**. São Paulo/Rio de Janeiro: CEA/USP/SDG/Marinha, 1997, p. 109–116.

BARROCAS, Deolinda; SOUZA, Maria de Jesus. As populações do hinterland de Benguela e a passagem das caravanas comerciais (1846-1860). In: **A Dimensão Atlântica da África - II Reunião Internacional de História da África**. São Paulo/Rio de Janeiro: CEA/USP/SDG/Marinha, 1997, p. 95–107.

CANDIDO, Mariana Pinho. Trade, Slavery, and Migration in the Interior of Benguela: The Case of Caconda, 1830-1870. In: HEINTZE, Beatrix; VON OPPEN, Achim (Eds.). **Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History - Angola em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História**. Frankfurt: Lembeck, 2008, p. 63–84.

_____. **Fronteras de esclavización: Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850**. México: El Colegio de México, 2011a.

_____. Slave Trade and New Identities in Benguela, 1700-1860. **Portuguese Studies Review**, v. 19, n. 1–2, p. 59–75, 2011b.

_____. **An African slaving port and the Atlantic world: Benguela and its Hinterland**. New York: Cambridge University Press, 2013.

_____. Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola. In: SERRÃO, Joel Vicente et al. (Eds.). **Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires**. Lisboa: CEHC - IUL, 2014, p. 223–234.

_____. Understanding African women’s access to landed property in nineteenth-century Benguela. **Canadian Journal of African Studies**, v. 54, n. 3, p. 395–417, 2020.

CARVALHO, Ariane. **Guerras nos Sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)**. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

CEITA, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira de. **Silva Porto na África Central – Viye / Angola: História Social e Transcultural de um Sertanejo (1839-1890)**. Tese (Doutorado em Estudos Portugueses) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

COOPER, Frederick. Conflito e Conexão: repensar a história colonial africana. In: **Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização**. Lisboa: Edições 70, 2016, p. 71–128.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. Um Reino em Arquipélago: reflexões sobre a organização geopolítica de Angola no século XIX. **Historiae**, v. 10, n. 2, p. 33–66, 2019.

CURTO, José Carlos. Alcohol under the Context of the Atlantic Slave Trade: The Case of Benguela and its Hinterland (Angola). **Cahier d'Études Africaines**, v. 51, n. 201, p. 51–85, 2011.

_____. Whitening the “white” population: an analysis of the 1850 censuses of Luanda. In: PANTOJA, Selma; THOMPSON, Estevam. (Eds.). **Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas**. São Paulo: Intermeios, 2014, p. 225–248.

DIAS, Jill R. O Kabuku Kambilu (c. 1850-1900): uma identidade política ambígua. In: ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE ANGOLA (Ed.). **Actas do Seminário: Encontro de povos e culturas em Angola**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 13–53.

_____. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill R. (Eds.). **O Império africano: 1825-1890**. Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Estampa, 1998, p. 319–556.

FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the era of the slave trade**. New York: Cambridge University Press, 2012.

_____. Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul. **Varia Historia**, v. 29, n. 51, p. 679–695, 2013.

GOMES, Armindo Jaime. Mundombe do “Dombe” ou Ndombe do Mundombe?... **Mulemba**, v. 4, n. 8, p. 1–16, 2014.

GUEDES, Roberto. Branco Africano: notas de pesquisa sobre escravidão, tráfico de cativos e qualidades de cor no reino de Angola (Ambaca e Novo Redondo, finais do século XVIII). In: GUEDES, Roberto (Ed.). **Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados - Séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 19–34.

HEINTZE, Beatrix. O contrato de vassalagem afro-português em Angola no século XVII. In: **Angola nos Séculos XVI e XVII: Estudos sobre fontes, métodos e história**. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 387–436.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

HEYWOOD, Linda M.; THORNTON, John K. African Fiscal Systems as Sources for Demographic History: The Case of Central Angola, 1799-1920. **The Journal of African History**, v. 29, n. 2, p. 213–228, 1988.

ITO, Alec Ichiro. Usos, Reusos e Abusos: atravessando “fronteiras” e “lusso-africanidades” nas historiografias de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau para os séculos XV, XVI e XVII. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 4, n. 8, p. 115–134, 2019.

MADEIRA-SANTOS, Catarina. Esclavage africain et traite atlantique confrontés : transactions langagières et juridiques (à propos du tribunal de mucanos dans l'Angola des XVIIe et XVIIIe siècles. **Brésil(s)**, v. 1, p. 127–148, 2012.

MARGARIDO, Alfredo. Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Ed.). **Actas da 1.ª RIHA - Relação Europa-África**

- no **3.º Quartel do Século XIX**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989. p. 383–406.
- MBUNGA, Honoré. A problemática da periodização da História de Angola: o período colonial. In: **Actas do II Encontro Internacional de História de Angola**. Luanda: Arquivo Histórico Nacional de Angola / Ministério da Cultura, 2014. p. 149–171.
- MIGUEL, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira de Ceita. A Vida e a Obra do Portuense Silva Porto no Reino Ovimbundu - Bié (1839-1890). Dissertação (Mestrado) - Universidade do Porto, Porto, 2001.
- MILLER, Joseph C. **Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1740-1830**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- _____. Angola central e sul por volta de 1840. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 32, n. Rio de Janeiro, p. 7–54, 1997.
- PÉLISSIER, René. **História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas 1845-1941 - volume 1**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- RODRIGUES, Eugénia; CANDIDO, Mariana. Apresentação: Cores, classificações e categorias sociais: os africanos nos impérios ibéricos, séculos XVI a XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 44, n. 3, p. 401–408, 2018.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. Introdução (Trajectória do Comércio do Bié). In: SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da (Ed.). **Viagens e Apontamentos de um Portuense em África. Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986. v. 1p. 13–216.
- _____. **Nos caminhos de África: Serventia e Posse (Angola-Século XIX)**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.
- SILVA, Rosa Cruz e. A saga de Kakonda e Kilengues: Relações entre Benguela e seu interior, 1791-1796. In: LIBERATO, Carlos et al. (Eds.). **Laços Atlânticos: África e Africanos Durante a Era do Comércio Transatlântico de Escravos**. Luanda: Museu Nacional da Escravatura, 2016, p. 77–96.
- THOMPSON, Estevam C. Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX. **Africana Studia**, v. 25, n. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, p. 33–69, 2015.
- THORNTON, John K. **A History of West Central Africa to 1850**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- VANSINA, Jan. Ambaca Society and the Slave Trade c. 1760-1845. **The Journal of African History**, v. 46, n. 1, p. 1–27, 2005.
- VELLUT, Jean-Luc. Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900). **Études d'Histoire africaine**, v. III, p. 61–166, 1972.

Recebido em: 06/06/2021

Aprovado em: 19/12/2021